



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTE E RECURSOS FISCAIS

ACÓRDÃO Nº: 185/2007

PROCESSO Nº: 2006/6700/500058

REEXAME NECESSÁRIO Nº: 1.747

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RECORRIDA: ARNALDO GUIMARAES MARQUEZ

INSC. ESTADUAL Nº: 29.005.713-2

**EMENTA:** Confrontação das receitas auferidas com as despesas realizadas no período. Presunção de omissão de vendas incompatível com saldo final de caixa. Erro na elaboração do levantamento. Imprecisão da matéria tributável em relação à base de cálculo do crédito exigido. Nulidade do lançamento.

**DECISÃO:** Decidiu o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, por unanimidade, acolher a preliminar de nulidade do auto de infração 2006/001180 por imprecisão da matéria tributável em relação a base de cálculo do crédito exigido, argüida pela REFAZ e julgar extinto o processo sem julgamento de mérito. O Sr. Ricardo Shiniti Konya fez sustentação oral pela Fazenda Pública e solicitou a emissão de novo auto conforme art. 16, inciso VII do Regimento Interno. Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Delma Odete Ribeiro, Luciene Souza Guimarães Passos e Ângelo Pitsch Cunha. Presidiu a sessão de julgamento do dia 15 de fevereiro de 2007, o conselheiro Mário Coelho Parente.

**CONS. RELATORA:** Delma Odete Ribeiro.

**VOTO:** O presente auto de infração refere-se à cobrança de ICMS relativo à saída de mercadorias tributadas não registradas no livro próprio, presumida pela ocorrência de receitas inferiores ao valor das despesas efetivamente realizadas, no exercício de 2003.

Decorreu o prazo legal, sem que a Autuada apresentasse impugnação, tendo sido lavrado o termo de revelia.

Encaminhado ao Contencioso Administrativo Tributário, o julgador de primeira instância entende que o agente fiscal não anexou o documento comprobatório do saldo inicial de caixa, e julga improcedente o auto de infração.

O Representante Fazendário, considerando as provas apresentadas, recomenda a reforma da sentença prolatada em primeira instância para que seja julgado nulo o auto de infração. O sujeito passivo foi notificado da decisão, todavia não se manifestou sobre a mesma, nem do parecer da REFAZ.



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS

Preliminarmente, verifica-se que o autuante, diferentemente do entendimento do julgador de primeira instância, fez juntada de cópia da Declaração de Imposto de Renda – Ano Calendário 2002, do sujeito passivo, na qual consta que o saldo final de caixa e bancos é R\$ 0,00. O saldo final de 2002, automaticamente, é o saldo inicial de 2003, período de referencia da fiscalização. Portanto, este não seria a motivação correta para julgar improcedente o auto de infração.

No entanto, em análise ao levantamento que deu suporte à lavratura do auto de infração, o autuante constatou omissão de vendas. Diante de tal constatação, o correto é que no movimento financeiro não deveria aparecer Caixa Final, uma vez que no cotejo entre débitos e créditos, constatou-se que o valor das despesas pagas é maior que o das receitas auferidas pelo contribuinte. De conformidade com as técnicas de auditoria esse resultado é incompatível com a existência de saldo final de caixa. No levantamento elaborado pelo autuante há o valor de R\$ 3.105,00 (três mil, cento e cinco reais), como sendo caixa final.

Desta forma, entendo que a base de cálculo para apuração do imposto devido, merece reparos, por isso, considero acertada a recomendação da Representação Fazendária de nulidade do auto de infração.

O Levantamento Financeiro é utilizado para apurar eventuais omissões de registro de saídas de mercadorias em estabelecimento que mantenha apenas escrituração fiscal, consistindo na confrontação das receitas auferidas com as despesas realizadas no período.

Ante o exposto, voto para acolher a preliminar de nulidade do auto de infração 2006/001180 por imprecisão da matéria tributável em relação a base de cálculo do crédito exigido, argüida pela REFAZ e julgar extinto o processo sem julgamento de mérito.

PLENÁRIO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS, aos 13 dias do mês de março 2007.

Presidente

Cons. Relatora

Representante Fazendário